



Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça





**VI Congresso Internacional da Sociedade Portuguesa de
Psiquiatria e Psicologia da Justiça**

Livro de Resumos do VI Congresso SPPPJ

Organizadores: Diana Moreira, Hernâni Vieira, & Fernando Almeida

Editor: Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça

ISBN: 989-97581-

Comissão de Honra

Exmo. Senhor Presidente da Maiêutica, Dr. José Manuel Azevedo

Exmo. Senhor Presidente da Direção do ISMAI, Prof. Doutor Domingos Oliveira e Silva

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Científico, Coordenador do Mestrado de Psicologia da Justiça do ISMAI e Diretor da Direção da Revista *Psiquiatria, Psicologia & Justiça*, Prof. Doutor Fernando Almeida

Exmo. Presidente da Comissão Organizadora do VI Congresso Internacional da SPPPJ, Dr. Hernâni Vieira

Comissão Organizadora

Hernâni Vieira

Diana Moreira

Fernando Almeida

Otília Barbosa

Sandra de Jesus

Vítor Lessa

Helena Ribeiro

Emanuel Rodrigues

Marta Pinto

Secretariado

Diana Moreira

Helena Ribeiro

Emanuel Rodrigues

Vítor Lessa

Marta Pinto

Comunicação & Imagem

Nuno Alves

Comissão Científica

Dr. Adrián Gramary (CHCF)

Prof. Doutor Adriano Vaz Serra (Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra)

Dr. Agostinho Almeida (ISMAI)

Prof. Doutor Agostinho Santos (INML)

Prof. Doutora Ana Sofia Neves (ISMAI)

Dra. Ana Teresa Carneiro (ISMAI)

Prof. Doutora Anita Santos (ISMAI)

Prof. Doutor António Pacheco Palha (Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto)

Dr. Bernardo Teixeira Coelho (HML)

Prof. Doutor Carlos Mota Cardoso (HCF)

Prof. Doutor Costa Santos (INML)

Mestre Diana Moreira (Doutoranda) (FPCEUP/ISMAI)

Prof. Doutor Duarte Nuno Vieira (INML)

Prof. Doutor Eurico Figueiredo (Professor Catedrático Jubilado do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar)

Prof. Doutor Fernando Almeida (ISMAI/ICBAS)

Magistrado Ferreira Pinto (Tribunal da Relação do Porto)

Dr. Fernando Vieira (INML)

Prof. Doutora Helena Grangeia (ISMAI)

Dr. Hernâni Vieira (DGRSP)

Prof. Doutor João Salgado (ISMAI)

Dr. José Adriano Fernandes (HML)

Dr. José Morgado (Hospital Sobral Cid)

Prof. Doutor José Pinto da Costa (UP/ULP/UPIDH/ISPA)

Prof. Doutor Luís Fernandes (FPCEUP)

Dr. Manuel Cruz (Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa)

Juiz Conselheiro Manuel Simas Santos (ISMAI)

Prof. Doutora Maria José Carneiro de Sousa (INML)

Prof. Doutor Mário Simões (FPCEUC)

Prof. Doutora Marisalva Fávero (ISMAI)

Mestre Nivaldo Marins (CHCF)

Prof. Doutora Olga Cruz (ISMAI)

Prof. Doutora Rita Conde Dias (UM/ISMAI)

Prof. Doutora Teresa Magalhães (INML)

Dr. Victor Mota (HML)

Prefácio

A Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça tem como objectivo promover o avanço do conhecimento profissional e científico nos domínios da Psiquiatria e da Psicologia da Justiça.

Os seus congressos reúnem profissionais e académicos não só da área da Psicologia e da Psiquiatria como de múltiplas áreas do conhecimento que atuam no contexto de Justiça.

As rápidas e profundas alterações a que assistimos no mundo de hoje, insuscetíveis de serem equacionadas num passado recente e ainda sem um epílogo nítido, ou um caminho claramente desenhado, e que representam uma possibilidade de exclusão social de uma percentagem acrescida da população, bem como uma forte possibilidade de falência de recursos de estabilidade psicossocial, nas populações colocadas em posição mais frágil, representam também novos desafios às áreas da Psicologia e Psiquiatria da Justiça.

Chamar à partilha de conhecimento e informação os estudantes é um objetivo da Sociedade, espelhado não só no número de estudantes habitualmente presente no congresso, como na sua participação na investigação e divulgação de trabalho de profissionais, na condição de estagiários.

O Livro de Atas pretende não só ilustrar o congresso, registando as várias comunicações, mas constituir-se como ferramenta que permita aos profissionais, académicos e estudantes avaliarem o estado do conhecimento profissional e científico em determinado momento, promovendo o seu avanço e adequação às novas realidades.

Mesmo quem não participou no congresso poderá dispor de um instrumento de trabalho que situando a investigação em curso, os seus autores, a realidade profissional, permite acrescentar mais investigadores e profissionais à produção de conhecimento e boas práticas na Psicologia e Psiquiatria da Justiça.

Em nome da Comissão Organizadora

Hernâni Vieira

Os resumos estão organizados de acordo com a ordem de apresentação das comunicações no programa do VI Congresso Internacional da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça.

O conteúdo dos resumos apresentados é da inteira responsabilidade dos seus autores.

07 novembro

Comunicações painel principal

Título: Violência na Intimidade: Das medidas legais e políticas às dificuldades e desafios na prática

Autores: Célia Ferreira¹ & Rita Conde¹

1. Instituto Superior da Maia (ISMAI)

Email: celia.psi@gmail.com

Resumo: Nesta comunicação pretende-se, não apenas detalhar as medidas legais e políticas que têm vindo a ser implementadas em Portugal para fazer face à violência nas relações de intimidade, mas também discutir a sua pertinência e, sobretudo, a sua aplicabilidade no “terreno”. Especificamente, discutir-se-á os desafios e obstáculos com que os profissionais que estabelecem contacto direto com esta população (psicólogos, assistentes sociais, agentes judiciais e polícias) enfrentam no seu dia-a-dia. Finalmente, propor-se-á um conjunto de *guidelines* para a atuação em casos desta natureza, resultantes da nossa experiência e que, do nosso ponto de vista, poderão contribuir para otimizar o apoio prestado a este tipo de vítimas.

Palavras-chave: Violência na intimidade; Medidas legais e políticas; Desafios; *Guidelines*.

Título: “Vítimas” da insegurança em contextos urbanos

Autores: Olga Souza Cruz¹ & Helena Grangeia¹

1. Instituto Superior da Maia (ISMAI)

Email: olgasouzacruz@gmail.com

Resumo: A análise do crime e da violência implica atender aos contextos a partir dos quais as subjetividades e as práticas se produzem. Tratar tais conceitos num ‘vácuo social’ limita a sua compreensão e impossibilita aceder aos modos como são construídos os significados e definidas as experiências de perpetração e vitimação. Neste sentido, propomos tratar especificamente o fenómeno criminal considerando as significações emergentes no tecido urbano, incluindo a sua construção como forma de violência e de vitimação. Reconhece-se, inclusive, que o sentimento de insegurança pode ser ainda mais nefasto do que o próprio ato criminal, na medida em que permeia os níveis de confiança e afeta o bem-estar das pessoas e das sociedades, vulnerabilizando-as e tornando-as mais facilmente manipuláveis.

Palavras-chave: Violência urbana; Vitimação; Insegurança; Medo.

Título: Quando a face da violência é o sexo: As violências sexuais e os seus contextos.

Autores: Marisalva Fávero¹, Fátima Ferreira¹, Vera Marques², Amaia Del Campo,³ & Dhilma Freitas⁴

1. Instituto Superior da Maia (ISMAI)/PT
2. UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina/BR
3. Universidade de Salamanca/ES
4. Universidade de Lisboa/PT

Email: mfavero@ismai.pt

Resumo: A violência sexual assume várias faces. Compreender os/as seus/suas intervenientes, as dinâmicas e os contextos da vitimização sexual é requisito para poder sugerir programas de intervenção e prevenção. Este tem sido o propósito da linha de investigação sobre sexualidade e ciclo vital e agressões sexuais da UNIDEP do Instituto Superior da Maia, que pretende a caracterização, mapeamento, análise e compreensão da vitimização sexual. Neste trabalho serão apresentados os dados dos estudos que estão a ser realizados em parceria com universidades e investigadores/as nacionais e internacionais. Será ainda apresentada uma reflexão crítica sobre a utilização da expressão “abuso sexual” como referência privilegiada nas investigações sobre a violência sexual a menores. Os dados dos nossos estudos indicam que 7.0% de menores sofreram violência sexual, das quais 49.0% intrafamiliar; 2.6% em contexto de bullying na escola; 6.8% de pessoas adultas foram agredidas sexualmente por profissionais no âmbito de consultas e/ou prestação de serviços profissionais; 17.9% afirmaram ter forçado algum tipo de comportamento sexual e 17.5% dos jovens foram vítimas de violência nas relações afetivas sem compromisso; no contexto de violência no namoro, 1.9% sofreram coerção sexual e 1.9% provocaram este tipo de coerção. Em fase de conclusão e cujos dados serão apresentados no presente congresso, está a ser concluído um estudo sobre vitimização indireta, sendo objetivo do mesmo analisar o processo pela qual as vítimas indiretas constroem as suas representações do abuso sexual de que foram observadoras, e compreender a influência destas construções nos seus percursos desenvolvimentais.

Palavras-chave: Violência sexual; Vítimas; Vítima indireta; Agressores; Prevenção; Intervenção.

Título: O processo de comunicação no tratamento: Um passo para a reinserção?

Autores: Glória Jólluskin¹

1. Universidade Fernando Pessoa (UFP)

Email: gloria@ufp.edu.pt

Resumo: Com esta intervenção pretende-se salientar a importância da comunicação em saúde na intervenção com ofensores, uma vez que esta parece estar interligada não só com a adesão ao tratamento, mas também com a prevenção da reincidência. As características da população penitenciária relacionam-se com uma história de vida caracterizada por um pobre desempenho escolar, baixos níveis de alfabetização e, em alguns casos, dificuldades de aprendizagem. Embora em Portugal não existam estudos centrados nas competências linguísticas neste tipo de população, pode-se afirmar que reclusos apresentam dificuldades de comunicação, o que dificulta a comunicação entre o profissional da saúde e o utente. Isto tem consequências importantes na adesão ao tratamento, mas também parece aumentar a probabilidade de reincidência. Desde uma perspectiva prática, será salientada a importância da educação para a saúde nestas populações, assim como na necessidade de formação específica que apresentam os profissionais da saúde para favorecer a adesão ao tratamento.

Palavras-chave: Crime; Comunicação em saúde; Tratamento penitenciário; Prevenção da reincidência.

Título: Fundamentos Neurobiológicos para a Compreensão da Perturbação de Personalidade Anti-Social e Crime

Autores: Nélson Almeida¹

1. Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental, Centro Hospitalar Alto Ave, EPE (CHAA)

Email: nelsondalmeida@sapo.pt

Resumo: O autor analisa o *estado da arte* no que concerne à investigação dos correlatos neurobiológicos que adjuvam à compreensão da Perturbação da Personalidade Anti-Social e suas interligações na criminalidade. O *core* caracterial da Perturbação Anti-Social da Personalidade assenta num padrão global de menosprezo e violação dos direitos dos outros, com início na infância ou adolescência precoce, num *continuum* com a idade adulta. De facto, a Perturbação da Personalidade Anti-Social é um transtorno mental complexo e grave, frequentemente encontrado na prática Médico-Psiquiátrica. É inegável que o contributo impresso pela investigação do ramo neurociências que incide sobre o estudo dos Transtornos da Personalidade, tende a reforçar a nossa compreensão das susceptibilidades neurobiológicas em vários domínios críticos na organização da personalidade. À luz da emergente investigação radiológica cerebral, um crescente número de estudos neuroimagiológicos, dos quais se destacam os funcionais, estão a possibilitar a detecção e identificação de alterações estruturais, quer funcionais neuronais, em indivíduos com Perturbações Anti-Sociais. A

presença de alterações no córtex pré-frontal, amígdala, hipocampo, giro temporal superior, corpo caloso e córtex cingulado anterior constitui, no domínio da neurobiologia, uma base explicativa possível, para um elevado número de sintomas associados ao comportamento Anti-Social. O conceito de “Psicopatia” por outro lado, está mais correlacionado com perturbações no sistema pré-fronto-temporo-límbico. Releva-se da revisão, que a combinação de *déficits* em áreas associativas neuronais cerebrais que comprometem a comunicação entre diferentes estruturas, parece desempenhar um papel mais preponderante que as alterações *per si*, nas distintas estruturas cerebrais. No espectro das Perturbações de Personalidade, o tipo Anti-Social, representa um verdadeiro desafio para a Psiquiatria Forense. Não tanto pela dificuldade em identificá-la, mas sim, para auxiliar a Justiça sobre o lugar mais adequado para esses doentes e tratá-los.

Palavras-chave: Perturbação de Personalidade Anti-Social; Criminalidade; Neurobiologia; Psiquiatria Forense.

Título: O parricida amnésico

Autores: Victor Mota¹

1. Hospital de Magalhães Lemos (HML)

Email: victormota@portugalmail.pt

Resumo: Para um processo-crime de homicídio qualificado, foram elaborados dois relatórios médico-legais por dois psiquiatras sénior, ambos funcionários públicos. Um deles quis ver no homicida um simulador com personalidade anti-social, o outro defendeu os diagnósticos de psicose tóxica e amnésia. O primeiro, obviamente, propôs a imputabilidade do arguido. O segundo considerou-o inimputável e perigoso. Agora, tomem a perspectiva do julgador sem treino psiquiátrico ou psicológico. Como decidir? A qual destas avaliações dar crédito?

Palavras-chave: Delírio místico; Amnésia crepuscular; Simulação.

Título: Prostituição, crime e justiça

Autores: Alexandra Oliveira¹

1. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)

Email: oliveira@fpce.up.pt

Resumo: A prostituição em Portugal e actualmente não é um crime, tendo sido num passado não muito longínquo assim considerada pelo Código Penal. Ainda hoje, em muitos países de várias partes do mundo existe o crime de prostituição, sendo as pessoas que a praticam penalizadas. Pese embora esta dissociação em Portugal, a relação entre a prostituição e o

crime é frequente, quer por via do lenocínio ou do tráfico e exploração sexual, quer, sobretudo, porque as pessoas que se prostituem são com recorrência vitimadas de outra forma no exercício da sua actividade. Seja qual for a explicação dada para este tipo de vitimação, parece ser certa a grande impunidade dos agressores, o que nos remete para a necessidade de uma maior justiça para este(a)s atore(a)s sociais. Para tal, redefinir socialmente o grupo de pessoas que se prostituem, ao apresentar-se como um contributo válido para a valorização e dignificação destas pessoas, tal como investir em estratégias preventivas, de forma a minimizar as agressões de que são alvo, podem apresentar-se como contributos válidos para a melhoria das suas vidas e para uma melhor justiça, incluindo uma maior justiça social.

Palavras-chave: Prostituição; Crime; Vitimação; Justiça.

08 novembro

Comunicações painel principal

Título: A percepção do tempo e a tomada de decisões intertemporais em psicopatas

Autores: Diana Moreira^{1,2} & Fernando Barbosa¹

1. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)

2. Instituto Superior da Maia (ISMAI)

Email: dianapmoreira@gmail.com, pdpsi12033@fpce.up.pt

Resumo: A literatura evidencia que a psicopatia está associada a uma perturbação emocional e comportamental e que certos sistemas neuronais estão implicados nesta perturbação da personalidade. A sugestão é que na psicopatia estão afetados processos fronto-límbicos (Blair, 2003) que podem estar na base de padrões de desinibição e de impulsividade, afetando a forma como os psicopatas tomam decisões e as organizam temporalmente. Os resultados de experiências de tomada de decisões mostram que as pessoas evitam o risco quando têm de escolher entre opções associadas com resultados prováveis *versus* resultados certos. A duração entre a escolha e a receção do ganho (ou prejuízo) é outro fator importante que influencia as decisões. O resultado diferido das escolhas reduz o valor subjetivo dos ganhos/prejuízos. Uma classe importante de decisões envolve a comparação de opções que diferem no momento em que estariam disponíveis. Em tais situações de escolha intertemporal, os indivíduos ajustam o valor subjetivo do ganho ou do prejuízo em função do

atraso até à sua concretização. A maioria dos indivíduos julga os ganhos/prejuízos como menos valiosos/penosos quando ocorrem mais tarde, no tempo. Pensa-se que disfunções nos mecanismos de escolha intertemporal estão associados a uma ampla gama de patologias de tomada de decisão, de falhas de planeamento e de investimento. Estas disfunções de tomada de decisão encontram-se em dependências comportamentais ou em transtorno de défice de atenção. A investigação prévia indicia que estas alterações de tomada de decisão também podem ocorrer na psicopatia, atendendo aos correlatos neurofisiológicos desta perturbação de personalidade. Esta revisão dá conta de alterações nos processos de escolha intertemporal ou de desconto diferido em pessoas com psicopatia.

Palavras-chave: Psicopatia; Processamento emocional; Desconto diferido; Escolha intertemporal.

Título: Behavioral and neural correlates of social decision-making in psychopathy

Autores: Joana B. Vieira^{1,2,3}, Pedro R. Almeida¹, Fernando Ferreira-Santos¹, Fernando Barbosa¹, João Marques-Teixeira¹, & Abigail Marsh²

1. Laboratório de Neuropsicofisiologia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

2. Department of Psychology, Georgetown University

3. Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

Email: joanabvieira@gmail.com

Resumo: Psychopathy is characterized by reduced empathy, egocentricity and impulsivity. These features compromise the ability to make pro-social decisions, and lead to dysfunctional social and moral behavior. We used fMRI and EEG/ERP to characterize the neural mechanisms recruited by individuals varying in psychopathy to make decisions in the ultimatum game. Our findings suggested that decisions by high and low psychopathy scorers result from distinct motivations. Although both groups rejected unfair offers in the same proportion, they recruited divergent neural mechanisms to produce responses. Contrary to low scorers, the rejection of unfair offers by individuals scoring higher in psychopathy does not seem to be driven by fairness considerations. Instead, it seems to result from abnormal reward processing and emotional regulation difficulties, leading to frustration-induced rejection. By demonstrating that divergent mechanisms can give rise to comparable behavioral outcomes, these findings highlight the importance of investigating the neural correlates of social decision-making in psychopathy.

Palavras-chave: Psychopathy; Social decision-making; vmPFC.

Título: A (des)organização urbanística na cidade da Praia: Contexto privilegiado para a transgressão e a delinquência juvenis?

Autores: Jorge Dias¹, Rui Abrunhosa Gonçalves¹, & Sofia Neves²

1. Universidade do Minho (UM)

2. Instituto Superior da Maia (ISMAI)

Email: jorge.dias@adm.unicv.edu.cv

Resumo: Em Cabo Verde a violência e a delinquência juvenil tem vindo a assumir proporções preocupantes, como são disso, evidência as estatísticas oficiais, (2005-2012), da polícia nacional (PN). No presente trabalho refletimos sobre a forma como a cidade da praia está (des)organizada urbanisticamente e as subsequentes transformações sociais, procurando discutir se constituem ou não contextos facilitadoras para a transgressão e a delinquência nos jovens. Para tal, partimos dos resultados do estudo “Percurso de Transgressão Delinquência Juvenil nos Jovens na Cidade da Praia: resultado de um estudo exploratório”, tratando-se de uma investigação de natureza qualitativa realizada com jovens na cidade da Praia, desde o ano de 2008 a esta data. Os estudos que procuram caracterizar os percursos de desvio e de transgressão destes/as jovens têm vindo a ganhar notoriedade nos últimos anos. Dada a complexidade desta problemática, que deriva nomeadamente das diferentes formas e modalidades de expressão da atividade delinvente e das suas diferentes trajetórias evolutivas, as reflexões neste domínio assume especial relevância. Considerando que a delinquência juvenil não depende somente das características internas do indivíduo, constituindo-se como um fenómeno complexo e plurideterminado, procuramos compreender e caracterizar os percursos de vida dos jovens, procedendo à análise dos fatores facilitadores dos seus percursos transgressivos. Os resultados da investigação indicam três principais grupos de fatores que parecem determinar fortemente o envolvimento destes/as jovens em práticas criminais: (1) a precariedade socioeconómica, (2) o aprofundamento das desigualdades sociais, e (3) a desestruturação familiar. À luz destes resultados refletimos sobre a possibilidade da organização urbanística constituir um contexto facilitador da transgressão e delinquência juvenis.

Palavras-chave: Delinquência; Transgressivos; Jovens; Estruturas sociais; (Des)organização urbanística.

07 novembro

Comunicações livres

Título: Atos suicidas na prisão

Autores: Carla Pragosa¹ & Jorge Costa Santos²

1. Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

2. Instituto Nacional de Medicina Legal – Delegação de Lisboa, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

Email: cmpragosa@gmail.com

Resumo: O suicídio constitui uma das principais causas de morte violenta nas prisões em todo o mundo. Vários estudos têm mostrado que o número de suicídios nas prisões é mais elevado do que na população em geral, e que a tentativa de suicídio constitui um forte preditor do suicídio consumado. Foram estudados 157 indivíduos do sexo masculino, distribuídos por três grupos: um grupo experimental constituído por indivíduos que cometeram tentativa(s) de suicídio na prisão (N=52), um grupo de controlo, cujos sujeitos não possuíam antecedentes de tentativas de suicídio (N=52), e um segundo grupo de controlo, com indivíduos vivendo na comunidade e, igualmente, sem tentativas de suicídio (N=53). Além de uma entrevista semi-estruturada, foram utilizados o Inventário de Personalidade NEO PI-R e o Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI), cujos resultados foram tratados estatisticamente usando a versão 19® do SPSS para Windows. Os dados sociodemográficos mostram que os reclusos que cometeram tentativas de suicídio em meio prisional tinham uma média de idades de 36 anos, solteiros, com o 1.º ciclo, com história de abuso/dependência de substâncias psicoativas e comportamentos autodestrutivos. Além disso, tinham um diagnóstico psiquiátrico de perturbação mental. A maioria dos reclusos possuía antecedentes criminais, tendo sido condenados, por crimes contra o património e/ou crimes contra as pessoas, e tinha cometido tentativas de suicídio prévias. A tentativa de suicídio atual foi cometida por enforcamento. Os resultados do NEO PI-R revelaram que estes indivíduos apresentam uma personalidade caracterizada por elevados níveis de neuroticismo e reduzidos índices de extroversão, com traços marcadamente depressivos. Adicionalmente, os dados do BSI revelam um Índice de Sintomas Positivos elevado, mostrando que estes indivíduos apresentam mais frequentemente sintomatologia psicopatológica. Os reclusos que cometeram tentativa de suicídio em meio prisional apresentam, relativamente aos grupos de

controlo, mais factores de risco de suicídio, nomeadamente mais sintomatologia psicopatológica, em especial depressão e ideação paranóide, bem assim como uma maior vulnerabilidade, ansiedade, hostilidade e impulsividade.

Palavras-chave: Tentativa de suicídio; Prisão; Recluso; Personalidade; Psicopatologia.

Título: Porque é que a Psicologia se deve interessar pela Reinserção Social de Reclusos?

Autores: Tânia Mealha¹, Luís Fernandes², & Lúcia G. Pais³

1. Doutoranda em Psicologia do Comportamento Desviante na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)

2. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)

3. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa (ISCPSI)

Email: tania.m.mealha@gmail.com

Resumo: Para perceber qual o papel que a psicologia, e os psicólogos, desempenham em meio prisional tendo em vista a reinserção social de reclusos, fez-se o levantamento do estado da arte sobre o tema ao nível nacional e além-fronteiras. Com base numa metodologia inspirada em Foucault e considerando a função disciplinar da psicologia, como forma de saber-poder cuja história se liga à trajectória das práticas correctivas, procurou-se estabelecer uma genealogia da exclusão e da reinserção social na relação com a psicologia. Foi possível observar e descrever quais os discursos e as práticas psicológicas acerca da reinserção social de reclusos e, então, retirar consequências para a intervenção psicológica, o delinear de projectos de intervenção na área, e contribuir para a discussão sobre o estabelecimento de normas para os serviços de psicologia nas prisões.

Palavras-chave: Psicologia; Reinserção social; Reclusos; Foucault; Prisões.

Título: Violência sexual e bullying na escola: estudo transcultural das violências entre pares adolescentes inseridos no contexto escolar brasileiro, português e espanhol.

Autores: Marisalva Fávero¹, Fátima Ferreira¹, Vera Marques², Dhilma Freitas,³ & Amaia Del Campo⁴

1. Instituto Superior da Maia (ISMAI)/PT

2. UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina/BR

3. Universidade de Lisboa/PT

4. Universidade de Salamanca/ES

Email: mfavero@ismai.pt

Resumo: O termo bullying foi introduzido na discussão científica por Olweus (1978) para descrever o contexto em que uma criança ou adolescente é provocada, aterrorizada ou

sistematicamente vitimizada pelos seus pares. Neste sentido, pretendemos dar continuidade ao estudo já iniciado em Portugal sobre o Bullying na escola (Rodrigues & Fávero, 2008), replicando no Brasil e em Espanha o estudo português, e ampliando os objetivos para a análise das perceções de adolescentes, professorado e auxiliares educativos sobre o papel destes/as profissionais na sinalização e na proteção das vítimas. Os dados do nosso estudo, com uma amostra de 604 estudantes portugueses/as (292 meninos e 324 meninas), com idade média de 14.3 anos, estudantes do 8.º ano do Ensino Básico, em 12 escolas públicas e privadas do Norte de Portugal, indicam que 1 em cada 5 adolescentes foi vítima de bullying, não deixando de ser preocupante que 1 em cada 20 tem-no sido regularmente. Verificou-se, ainda, que 1 em cada 8 adolescentes foi agressor/a. Os dados finais das restantes amostras e das perceções dos/as intervenientes serão apresentados neste congresso.

Palavras-chave: Violência sexual; Vítimas; Bullying; Agressores; Transcultural.

Título: Homens vítimas nas suas relações íntimas

Autores: Andreia Machado¹

1. Universidade do Minho (UM)

Email: andreiamachado@psi.uminho.pt

Resumo: A maioria dos estudos sobre VI focaliza-se nas vítimas do sexo feminino. No entanto, a investigação desenvolvida internacionalmente tem demonstrado a relevância desta forma de vitimação, sendo já vários os estudos que reportam que os homens experienciam níveis significativos de agressões físicas e de impacto psicológico causado pela violência de que são alvo. Em Portugal, este fenómeno ainda não mereceu atenção científica e social. Este estudo investigou a prevalência do fenómeno em Portugal. Homens heterossexuais com idade igual ou superior a 18 anos preencheram um questionário *online* sobre a forma como resolvem os conflitos nas suas relações ou ex-relações íntimas. Aqueles que se perceberam como vítimas preencheram um outro questionário construído para o efeito. Os resultados são apresentados. De resto, continuar a ignorar as especificidades desta problemática inviabilizará os apoios necessários e a proteção devida às vítimas.

Palavras-chave: Homens; Violência íntima; Prevalência; Impacto; Implicações.

Título: Prevalência e impacto da vitimação múltipla em mulheres socialmente excluídas: Mais é pior?

Autores: Marlene Matos¹, Rita Conde², Mariana Gonçalves¹, & Cristiana Fernandes¹

1. Universidade do Minho (UM)

2. Universidade do Minho (UM)/Instituto Superior da Maia (ISMAI)

Email: mmatos@psi.uminho.pt

Resumo: No presente estudo procurámos caracterizar o fenómeno da vitimação múltipla (prevalência, tipos de violência, perpetradores) e o seu impacto, analisando a relação entre a vitimação e o impacto no ajustamento psicológico. Procuramos também analisar o efeito de variáveis sociodemográficas para o risco de vitimação múltipla. O estudo incluiu 40 mulheres em condição de exclusão social, avaliando-se a vitimação ao longo da vida, a violência sofrida nos últimos 12 meses e a sintomatologia clínica. Os resultados evidenciaram um elevado número de experiências de vitimação ao longo da vida, com maior prevalência na idade adulta, perpetrada pelo parceiro. Contudo, a maioria das mulheres vitimadas exibiu reduzida sintomatologia clínica. Maiores níveis de sintomatologia estavam associados à experiência de mais crimes contra a propriedade. As que tendiam a apresentar menos sintomas eram as que estavam institucionalizadas em casa abrigo. As experiências de vitimação mais marcantes ocorreram no contexto da intimidade. Possíveis explicações para estes resultados são discutidas.

Palavras-chave: Vitimação múltipla; Mulheres; Exclusão social; Prevalência; Impacto.

08 novembro

Comunicações livres

Título: A psicologia de rua: Proposta de uma leitura naturalista do fenómeno droga

Autores: Simão Mata¹ & Luís Fernandes²

1. Psicólogo na Norte Vida – Associação para a Promoção da Saúde; Colaborador do Centro de Ciências do Comportamento Desviante da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)

2. Prof. Associado e Diretor do Centro de Ciências do Comportamento Desviante da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)

Email: simaopedromata@gmail.com

Resumo: A presente comunicação situa-se no âmbito da nossa experiência de intervenção psicológica no Campo das Drogas e concretamente no domínio das Políticas de Redução de Riscos e Minimização de Danos. Tal trabalho desenvolve-se no contexto de alguns bairros

sociais da zona ocidental do Porto nomeadamente o Aleixo, o Pinheiro Torres, o Viso e Ramalde. Realiza-se um diário de terreno desde o início da nossa inserção nos territórios (Outubro de 2009), onde se registam algumas situações, observações e interações no decurso da nossa intervenção. Destacam-se as distâncias e as aproximações entre uma Psicologia de Rua operada nos referidos contextos, e que procura uma leitura naturalista e contextual para o fenómeno droga, com uma Psicologia de Gabinete que labora numa asseção clínica do fenómeno. Apresentam-se três resultados da nossa experiência interventiva: Trauma Psicossocial nas Populações Vulneráveis, Status Territorial e Identidade de Lugar e a Psicologia de Baixo Limiar.

Palavras-chave: Psicologia de Rua; Drogas; Redução de Riscos e Minimização de Danos; Diário de Campo; Populações Vulneráveis.

Título: “Trova do vento que passa”: (Des)esperança, envelhecimento e situação de sem-abrigo

Autores: Sónia Mairos Ferreira¹

1. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC)

Email: smairosferreira@fpce.uc.pt

Resumo: Esta comunicação centra-se na análise das especificidades que o envelhecimento assume quando vivenciado em concomitância com a situação de sem-abrigo (ssa). Incluído num projecto subordinado à sua compreensão (factores/dimensões-chave inerentes à emergência, manutenção e saída/abandono), sustenta-se conceptualmente no paradigma dos Direitos Humanos e, a nível metodológico, na *Grounded Theory* Clássica. Integra uma amostra teórica de 95 pessoas [37 em situação de sem-abrigo, 11 anteriormente e 47 profissionais], assim como os dados recolhidos no âmbito da participação em 300 giros de rua nocturnos (6 Equipas). Apresentam-se, de forma sumária, os indicadores que atestam a singularidade da relação em estudo, com destaque para a ilustração do conjunto diversificado de violações dos direitos e liberdades fundamentais e das privações que os seniores experienciam em distintas esferas da sua vida. Termina-se com sugestões acção sustentadas, na senda da promoção de melhorias efectivas sua qualidade de vida e bem-estar.

Palavras-chave: Situação de sem-abrigo; Envelhecimento; Direitos humanos; *Grounded Theory* clássica.

Título: “Confrades”: Análise discursiva dos clientes de prostitutas do fórum GP

Autores: Ana Alexandra Ribeiro¹ & Jorge Cardoso¹

1. Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz

Email: alexandraribeiro.psi@gmail.com

Resumo: A presente investigação centra-se no estudo de clientes de prostitutas, analisados através de tópicos e votações, presentes no fórum GP (<http://www.gp-pt.net/forum/>). Estabeleceram-se os seguintes objetivos: caracterizar uma amostra de “confrades” (termo utilizado pelos clientes de prostitutas frequentadores do fórum) relativamente às suas características sociodemográficas; analisar as suas motivações para frequentar prostitutas; examinar as preferências dos confrades relativamente às características das prostitutas; e analisar as preferências dos mesmos relativamente às práticas sexuais. No que concerne aos dois primeiros objetivos, os resultados vão de encontro ao apresentado na literatura (e.g., idade, estado civil, motivações, etc.), o que indica que não há muitas diferenças entre as realidades dos vários países ocidentais. Quanto aos outros dois objetivos foram analisados de forma exploratória, uma vez que não foram encontrados na literatura estudos que abordassem estas temáticas. Relativamente às preferências das características das prostitutas, considerou-se importante analisá-las, uma vez que estas podem condicionar a lei da oferta e da procura, influenciando o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual. No entanto, em relação às práticas sexuais, os confrades mostraram muitas reservas em partilhar as suas experiências e gostos. É importante continuar a explorar a vertente do cliente, uma vez que sendo uma relação bilateral, ainda é negligenciada nas investigações científicas.

Palavras-chave: Confrades; Fórum; Prostituição.

Título: “No healing hand”: Incursões exploratórias na compreensão da diáde envolvimento parental e situação de sem-abrigo

Autores: Sónia Mairos Ferreira¹

1. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC)

Email: smairosferreira@fpce.uc.pt

Resumo: Integrado num projeto mais vasto, dedicado à compreensão da situação de sem-abrigo a partir dos olhares dos seus *atores*, esta comunicação constitui uma abordagem exploratória ao estudo das especificidades que o envolvimento parental assume em articulação com a situação de sem-abrigo. Para este efeito, atende-se às narrativas biográficas de 48 homens e mulheres que experienciaram a situação de sem-abrigo na região centro, que são analisadas segundo as principais preocupações manifestadas a nível do envolvimento parental e as estratégias (não) mobilizadas para sua resolução. Exploram-se imagens parentais dominantes (dos seus pais e deles/as enquanto pais), dinâmicas de envolvimento

parental predominantes (na sua trajetória, com os pais e filhos/as), e problemas percebidos a nível da vinculação (com progenitores, outros membros da família restrita/alargada). Aponta-se, por fim, a urgência de implementação de ações preventivas com famílias, bem como de intervenção especializada.

Palavras-chave: Situação de sem-abrigo; Envolvimento parental; Narrativas biográficas; Imagens parentais.

Título: A saúde de mulheres reclusas: Queixas, problemas e utilização dos serviços médicos segundo dados de registos clínicos e de auto-relato

Autores: Joana Alves¹, Ana Cerqueira¹, & Angela Maia¹

1. Escola de Psicologia, Universidade do Minho (UM)

Email: angelam@psi.uminho.pt

Resumo: As mulheres reclusas têm vindo a ser descritas como tendo mais problemas de saúde do que as mulheres da população geral. No entanto não é claro na literatura se estas mulheres já chegam à prisão doentes, se as questões de saúde se agravam na prisão, ou se é lá que as adquirem, e não há estudos portugueses que elucidam esta questão. No estudo que realizámos sobre o estado de saúde de mulheres reclusas em Portugal procurámos descrever, com base nos dados dos registos clínicos, o estado de saúde e o número de contactos com os serviços médicos de 100 reclusas durante o primeiro mês na prisão. Foram recolhidos dados sobre os consumos de substâncias lícitas e ilícitas, os diagnósticos de doenças físicas e mentais, as visitas aos serviços de saúde e as respetivas queixas. Posteriormente estas mesmas reclusas participaram numa segunda fase do estudo onde utilizámos o método do auto-relato para conhecer as queixas físicas e psicológicas e paralelamente analisámos os dados clínicos das quatro semanas anteriores com o intuito de comparar o auto-relato com os registos clínicos. Neste trabalho serão apresentados os dados descritivos dos processos clínicos referentes ao primeiro mês após reclusão e serão apresentados os resultados que comparam os auto-relatos de problemas de saúde física e psicológica com os dados dos registos clínicos sobre visitas aos serviços e queixas apresentadas. Conclui-se que estas mulheres apresentam estados de saúde debilitados no momento da prisão, sendo elevado o número de consumidoras de substâncias e as que necessitam de internamento por diversos tipos de problemas de saúde. O número de visitas aos serviços no primeiro mês é em média de 13, o que indica um recurso quase contínuo aos médicos e enfermeiros. Discussão: Quer os auto-relatos, quer os registos clínicos, sugerem uma elevada prevalência de doença e de

queixas, o que aponta para elevados indicadores de mal-estar nesta população. Serão discutidas as implicações destes dados e os preditores de alguns dos problemas de saúde.

Palavras-chave: Reclusas; Saúde; Serviços clínicos.

Título: As diferenças legislativas referentes à Lei de Saúde Mental entre Portugal e Inglaterra

Autores: Emanuel Rodrigues¹, Vítor Lessa¹, Helena Ribeiro¹, Diana Moreira^{1,2}, & Fernando Almeida¹

1. Instituto Superior da Maia (ISMAI)

2. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)

Email: emanueljarodrigues@gmail.com

Resumo: O internamento compulsivo é um instrumento legislativo que permite ao Homem proteger-se de si próprio. Portugal e Inglaterra são duas nações desenvolvidas e seria inconcebível que não dispusessem de legislação adequada neste domínio. As diferentes características culturais, sociais e jurídicas dos dois países não poderiam deixar de influenciar a legislação relativa ao internamento compulsivo em cada um destes países.

No sentido de darmos a conhecer as diferenças entre as leis de Saúde Mental em Portugal e em Inglaterra faremos uma apresentação resumida da Lei de Saúde Mental 36/98 de 24/07 e da Mental Health Act 1983/2007.

Palavras-chave: Internamento compulsivo; Lei de Saúde Mental; Doença mental.

Título: O crime associado às ourivesarias no concelho do Porto: Um estudo exploratório

Autores: Raquel Teixeira¹, Olga Souza Cruz¹, & Helena Grangeia¹

1. Instituto Superior da Maia (ISMAI)

Email: raquelteixeira78@gmail.com

Resumo: Não obstante as taxas da criminalidade apontarem no sentido de um decréscimo, o crime associado às ourivesarias representa uma realidade bastante expressiva em contexto nacional. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna referente ao ano de 2012 (MAI, 2013), o roubo em ourivesarias aumentou 19.7%, mais 27 casos do que em 2011. Aliás, este fenómeno criminal tem vindo a aumentar há já três anos consecutivos (MAI, 2011; 2012; 2013). Tendo em consideração esta conjuntura, será apresentado um estudo exploratório cujo foco é a criminalidade associada às ourivesarias no concelho do Porto. Pretende-se com este estudo analisar os números, dinâmicas (padrões e *modus operandi*) e perceções que caracterizam este tipo de crime. Foram inquiridos presencialmente 86

representantes de ourivesarias que revelaram que 43% dos estabelecimentos foram alvo de assalto, 10.5% de tentativa e 9.3% de tentativa e assalto. Globalmente os/as participantes apresentaram descontentamento/insatisfação com a atuação dos órgãos dos órgãos policiais, das autoridades judiciárias e com as políticas criminais de combate a este fenómeno. Os resultados serão discutidos tendo em consideração as suas implicações para uma prática preventiva.

Palavras-chave: Criminalidade; Furto; Roubo; Ourivesarias; Perceções.

07 novembro

Posters

Título: Incendiários e doença mental – Análise de uma base de dados médico-legal

Autores: Pedro Oliveira¹, Joana Mesquita², & Victor Mota³

1. Médico Interno Complementar de Psiquiatria do Hospital de Magalhães Lemos (HML), EPE, Porto, Portugal

2. Médica Interna Complementar de Psiquiatria do Hospital de Braga (SPHB), Braga, Portugal

3. Médico Psiquiatra, Coordenador da Unidade de Psiquiatria e Psicologia Forense do Hospital de Magalhães Lemos (HML), EPE, Porto, Portugal

Email: pedro.oliveira23108@gmail.com

Resumo: O fogo e o incêndio sempre fascinaram a Humanidade desde tempos imemoriais. O incêndio é um comportamento comum à escala global e nacional, com importantes repercussões nos sistemas legais, de saúde, económico, ecológico e social. Objectivo: Caracterização sócio-demográfica e clínica de examinandos submetidos a perícias psiquiátricas forenses, cuja natureza do processo era constituída por incêndio. Realizou-se um estudo retrospectivo, no período compreendido entre 1986 e 2011, de uma amostra constituída por 92 incendiários extraídos de um total de 2834 perícias médico-legais efectuadas no Hospital Conde Ferreira e na Unidade Funcional de Psiquiatria e Psicologia Forense do Hospital de Magalhães Lemos. Os resultados obtidos neste estudo, relativos às características sócio-demográficas de incendiários com doença mental, foram globalmente coincidentes com os descritos na literatura. Os diagnósticos mais prevalentes na amostra eram: a Debilidade Mental (52.2%), o Alcoolismo (39.1%), a Psicose (17.4%), a Epilepsia (12.0%) e as Perturbações da Personalidade (9.8%). Refira-se que, atendendo aos critérios da

DSM-IV-TR, não foi encontrado nenhum indivíduo com o diagnóstico de Piromania. O presente estudo, efectuado em 92 perícias médico-legais realizadas ao longo de 25 anos, corrobora o conhecimento prévio relativo às características sócio-demográficas e clínicas mais habituais dos incendiários com doença mental.

Palavras-chave: Incendiários; Doença Mental; Perícia Médico-Legal; Diagnósticos; Piromania.

Título: Toxicodependência nas representações sociais de párocos e da sociedade em geral

Autores: Cláudia Santos¹ & Olga Souza Cruz¹

1. Instituto Superior da Maia (ISMAI)

Email: cf_ms@hotmail.com

Resumo: Neste trabalho apresenta-se um estudo de natureza quantitativa, cujo principal objetivo foi explorar e descrever as representações sociais dos párocos e da sociedade em geral acerca da toxicodependência. O instrumento utilizado nesta investigação foi um questionário, preenchido mediante o consentimento informado dos participantes. Tal questionário (enviado por correio ou por *email*) contemplava questões formuladas num formato tipo escala de *Likert* e outras de resposta aberta (para uma melhor compreensão do fenómeno) e estava organizado em três grandes secções: dados sociodemográficos; conhecimentos e contacto com a população toxicodependente; e representações sociais acerca da toxicodependência. Os dados foram recolhidos junto de uma amostra, não representativa, de párocos (n = 45) e da sociedade em geral (n = 75), e foram analisados estatisticamente com o auxílio do *software* para tratamento de dados quantitativos – *IBM SPSS* (versão 20). Quanto aos principais resultados obtidos verifica-se que os párocos e a sociedade em geral partilham algumas representações sociais acerca da toxicodependência (e.g., ver o toxicodependente como “viciado”), no entanto, existem diferenças entre ambos (e.g., a sub-amostra de párocos não considera que a “integração social” possa ser uma consequência dos consumos de drogas, ao contrário do que acontece com a sociedade em geral). Como conclusão, salienta-se que se deve continuar a estudar este tema para melhor se compreender as diferenças encontradas e para compreender as ilações que de tais representações sociais podem decorrer para a prática de intervenção neste fenómeno.

Palavras-chave: Representações sociais; Toxicodependência; Párocos; Sociedade em geral; Drogas.

Título: A praxe académica e a sua contribuição para a perpetuação de desigualdades de género e homofobia

Autores: Marisalva Fávero¹, Sofia Correia Pinto¹, Fátima Ferreira¹, Valéria Gomes¹, & Amaia Del Campo²

1. Instituto Superior da Maia/PT

2. Universidade de Salamanca/ES

Email: mfavero@ismai.pt

Resumo: Apesar da sua disseminação como ritual de receção dos caloiros/as, a praxe académica não raramente está associada a práticas de violência e coerção, pautada por comportamentos que promovem o machismo e a homofobia. Com o intuito de analisar pormenorizadamente a discriminação de género, os comportamentos homofóbicos na praxe e o grau de desconforto e interpretação racional que os alunos fazem dos mesmos, desenvolvemos Protocolos de Entrevistas e Questionários de auto-preenchimento relativamente à Praxe Académica que aplicamos a uma amostra de estudantes e ex-estudantes. Os resultados preliminares apontam para uma generalidade da interpretação das representações machistas nas experiências deste fenómeno, que nos obriga a uma reflexão crítica acerca da perpetuação dos rituais de praxe marcadamente machistas e homofóbicos. Este estudo integra um estudo mais amplo sobre vivências da Praxe Académica a realizar-se na UNIDEP, no Instituto Superior da Maia e os resultados definitivos serão apresentados no congresso.

Palavras-chave: Praxe académica; Homofobia; Violência de Género; Coerção.

Título: O funcionamento da memória episódica e semântica na epilepsia do lobo temporal: Uma breve revisão da literatura

Autores: Diana R. Pereira¹ & Susana Cardoso¹

1. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)

Email: diana.r.pereira@gmail.com

Resumo: A exploração da epilepsia do lobo temporal tem sido uma contribuição essencial para a compreensão do funcionamento da memória. O objectivo do presente trabalho foi sintetizar algumas das principais noções já avançadas quanto ao funcionamento da memória episódica e semântica na epilepsia do lobo temporal, incluindo linhas de investigação recentes dedicadas à indagação da memória remota e autobiográfica. Neste contexto, foi conduzida uma revisão sistemática qualitativa, na qual foram analisados em detalhe 39 artigos publicados entre 1994 e 2013. De uma forma geral, as investigações têm apontado

para a presença de alterações no funcionamento da memória episódica, autobiográfica e semântica em indivíduos com epilepsia do lobo temporal, que, por seu turno, podem ter um impacto reconhecido em actividades do quotidiano. Estes e outros resultados são discutidos tendo em consideração contribuições teóricas para a compreensão do funcionamento mnésico, bem como implicações para a gestão clínica no caso da epilepsia do lobo temporal.

Palavras-chave: Epilepsia do lobo temporal; Memória episódica; Memória remota; Memória autobiográfica; Memória semântica.

Título: Plano de Prevenção do Suicídio numa Comunidade Prisional

Autores: Ana Gama¹, Ana Rita Ribeiro¹, Melissa Duarte¹, Pedro Pereira¹, & Filipa Ferreira¹

1. Instituto Superior da Maia (ISMAI)

Email: anagama4@gmail.com

Resumo: Este trabalho teve como objetivo principal a elaboração de um projeto de intervenção para reduzir comportamentos suicidas na comunidade prisional. Segundo Moreira (2009), a baixa autoestima, a ausência de vínculos afetivos e a incapacidade de planejar o futuro são razões capitais no gerar de comportamentos suicidas, nesse sentido este plano é estipulado visando combater essas mesmas causas. O projeto de prevenção divide-se em duas etapas distintas, a primeira junto da instituição e dos profissionais da mesma sensibilizando-os para a perceção de indicadores de comportamentos prejudiciais à saúde dos reclusos, bem como referenciar a importância de criar atividades recorrentes que criem sentido de responsabilidade nos mesmos. Numa segunda fase com os reclusos fomentando a mudança em parâmetros-chave como o autoconceito, a autoestima e os vínculos afetivos das relações sociais.

Palavras-chave: Suicídio; Comunidade prisional; Intervenção; Autoestima; Laços de vinculação.

Título: Conceções de educadores/as brasileiros/as, portugueses/as e espanhóis/las sobre sexualidade infantil e abuso sexual: Estudo transcultural

Autores: Marisalva Fávero¹, Marivete Genser², Amaia Del Campo³, Leonardo Oltramari², Fátima Ferreira¹, Sofia Correia Pinto¹, Nuno Baptista¹, & Sónia Oliveira¹

1. Instituto Superior da Maia/PT

2. Universidade Federal de Santa Catarina/BR

3. Universidade de Salamanca/ES

Email: mfavero@ismai.pt

Resumo: Este trabalho integra um estudo transcultural com participantes de Portugal, Brasil e Espanha, resultado de uma parceria entre o Instituto Superior da Maia e universidades brasileiras e espanholas e tem como objetivo avaliar as concepções dos/as educadores/as sobre a sexualidade infantil e a violência sexual a menores, bem como a atitudes dos pais e mães face às suas próprias vivências da sexualidade na infância e à dos seus filhos/as. O presente estudo é um recorte, com uma amostra de participantes portugueses, formada por 56 pais e mães, com uma média de idades de 40.84, num intervalo que varia entre os 19 e os 64 anos. Foram aplicados dois questionários de avaliação das atitudes face à sexualidade infantil, um para jovens e adultos e outro para pais e mães. O primeiro era alusivo às experiências dos próprios pais na sua infância, e o segundo às manifestações que estes observaram nos filhos/filhas e as suas reações face aos mesmos. Embora os nossos dados não possam ser generalizados a toda a população, os resultados obtidos indicam uma tendência para a aceitação de comportamentos sexuais na infância e a crença de que estes se dão principalmente por imitação, observação e descoberta. Os pais/mães, independentemente da sua idade, crença, habilitações literárias e sexo, apresentam, regra geral, uma atitude positiva face a sua própria sexualidade infantil, assim como à dos seus filhos. Esforçando-se os primeiros para proporcionar aos segundos uma educação sexualizada mais adequada e mais atenta.

Palavras-chave: Sexualidade infantil; Educadores; Pais; Atitudes; Transcultural.

Título: Drogas ilícitas e crime: Ligações e repercussões

Autores: Olga Souza Cruz¹, Carla Silva¹, Verónica Pinto¹, Hugo Santos², & José Silva²

1. Instituto Superior da Maia (ISMAI)

2. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI)

Email: ocruz@ismai.pt

Resumo: A relação droga-crime é um tema comum nos discursos sociais e científicos e frequentemente encarada como causal e direta, embora cada vez mais se desafie tal linearidade. Neste estudo quantitativo partimos das trajetórias desviantes propostas por Agra e Matos (1997) – delinquente-toxicodependente, especialista droga-crime, e toxicodependente-delinquente –, com o objetivo central de avaliar se estas permanecem válidas e exclusivas. Os dados foram recolhidos, através de um questionário, junto de uma amostra de 83 reclusos e 78 reclusas de estabelecimentos prisionais do Grande Porto. Neste artigo apresentam-se resultados preliminares da amostra de reclusos, realçando-se que a trajetória toxicodependente-delinquente é aquela em que a maioria dos participantes se

autoposiciona, seguida da especialista droga-crime e, finalmente, da delinquente-toxicodependente, o que difere dos resultados de Agra e Matos (1997). Atendendo à complexidade dos dados encontrados e ao facto de alguns serem distintos dos de estudos anteriores, salienta-se a relevância de continuar a explorar as relações droga-crime.

Palavras-chave: Drogas ilícitas; Relações droga-crime; Delinquentes-toxicodependentes; Especialistas droga-crime; Toxicodependentes-delinquentes.

Título: Diferenças legislativas entre as Leis de Saúde Mental em Portugal e em Inglaterra

Autores: Emanuel Rodrigues¹, Vítor Lessa¹, Helena Ribeiro¹, Diana Moreira^{1,2}, & Fernando Almeida¹

1. Instituto Superior da Maia (ISMAI)

2. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)

Email: emanueljarodrigues@gmail.com

Resumo: O internamento compulsivo assume-se como uma intervenção clínica e judicial de tratamento psiquiátrico de último recurso, exercida em praticamente todo o mundo. Sustentado em legislação específica ou apropriada, influencia as taxas de internamentos compulsivos. Portugal e Inglaterra são duas nações em que o internamento compulsivo usufruiu de enquadramento legal próprio, assemelhando-se nos pressupostos envolventes, mas divergindo quanto às taxas apresentadas. Neste âmbito, será realizada uma apresentação concernente à legislação de saúde mental dos dois países, designadamente, Lei de Saúde Mental n.º 36/98 (Portugal) e Mental Health 1983 (Inglaterra), comparando e debatendo as disposições constituintes das mesmas.

Palavras-chave: Internamento compulsivo; Lei de Saúde Mental; Doença mental.

Título: Não, não aceito: as trajetórias de vida de pessoas que deixaram definitivamente a relação de intimidade violenta

Autores: Bárbara Dias¹, Marisalva Fávero¹, & Amaia Del Campo²

1. Instituto Superior da Maia/PT

2. Universidade de Salamanca/ES

Email: mfavero@ismai.pt

Resumo: Com o objetivo de caracterizar as experiências e as crenças de mulheres vítimas de violência na intimidade que romperam definitivamente a relação abusiva, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a oito mulheres, vítimas de violência na intimidade (quatro

coabitaram com o agressor e quatro não viveram com o parceiro agressivo), que romperam a relação abusiva há pelo menos 18 meses. Especificamente, pretendemos: i) caracterizar a violência; ii) analisar a transição da violência para a rutura permanente; iii) identificar factores sociais, psicológicos, emocionais e de personalidade associados à rutura permanente; iv) caracterizar atitudes, opiniões e crenças sobre a violência nas relações amorosas.

Através da análise de conteúdo às entrevistas realizadas às mulheres que não coabitaram com o agressor, quatro categorias foram definidas à priori e uma à posteriori: Experiências de violência “Começa sempre por ciúmes, coisas pequenas”; Transição para uma rutura permanente “É preciso que a certa altura a vítima se revolte e decida pôr um termo”; Factores impulsionadores da rutura “(...) foi tudo o que envolvia a minha vida naquele momento, amigos, família”; Atitudes, opiniões, e crenças sobre a violência “ciúmes, a questão de não quererem perder essa pessoa (...) mostrar o poder que têm sobre essa pessoa na relação” e Auto avaliação em comparação com as mulheres que não romperam “tive uma força em mim, que elas não tiveram, se tivessem sentido o que eu senti, não conseguiriam continuar”. O suporte social e familiar jogam papel crucial na decisão e na manutenção da decisão de abandonar a relação abusiva. Os dados relativos às mulheres que coabitaram com o companheiro abusivo serão apresentados neste congresso.

Palavras-chave: Violência na intimidade; Vítimas; Rutura definitiva.

Título: Tipificação de crimes de homicídio por análise documental por avaliadores independentes: Instrumentalidade vs Reatividade

Autores: Ana Rita Cruz¹, Rita Pasion², & Fernando Barbosa³

1. Bolseira de investigação no Laboratório de Neuropsicofisiologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (SFRH / BD / 76062 / 2011) (FPCEUP)

2. Mestranda do Laboratório de Neuropsicofisiologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)

3. Professor na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)

Email: anaritapcruz@gmail.com

Resumo: Este estudo visou descrever um processo de tipificação de padrões de agressão de ofensores homicidas com base na análise documental de processos jurídicos. Duas avaliadoras independentes aplicaram a *Grelha de Codificação de Episódios Violentos: Agressão Instrumental vs Reativa/Hostil* (Cornell et al., 1996) na análise de 34 acórdãos judiciais de reclusos condenados por crimes de homicídio, calculando-se o grau de acordo intercotador para as classificações efetuadas. Os padrões de agressão de 18 ofensores foram

classificados como claramente instrumentais, sete como primariamente instrumentais, três como primariamente reativos e seis como claramente reativos. A concordância intercotador calculou-se a partir do índice k de Cohen, obtendo-se valores entre .45 (categoria Ativação/Excitação) e 1.0 (Uso de Drogas). A maior parte dos crimes de homicídio investigados classificaram-se como instrumentais. A *Grelha de Codificação de Episódios Violentos* parece configurar-se como um instrumento útil para a tipificação do comportamento do agressor homicida.

Palavras-chave: Agressão instrumental; Agressão reativa; Homicídio.

Título: Prevenção situacional da criminalidade associada às ourivesarias no concelho do Porto: Implicações de um estudo exploratório

Autores: Raquel Teixeira¹, Helena Grangeia¹, & Olga Souza Cruz¹

1. Instituto Superior da Maia (ISMAI)

Email: raquelteixeira78@gmail.com

Resumo: As últimas décadas testemunharam um crescendo nas preocupações em torno do crime e das questões relacionadas com a sua prevenção. O crime associado às ourivesarias representa um “nicho” de criminalidade que tem vindo a apresentar aumentos dignos de registo desde 2010 (MAI, 2011, 2012, 2013). A partir dos dados de um estudo exploratório sobre a criminalidade associada às ourivesarias no concelho do Porto, e especificamente a partir do conhecimento das medidas já adotadas e das lacunas existentes, propomos identificar medidas de prevenção situacional que sejam eficazes para minimizar o risco deste evento criminal. Pretendemos assim integrar os princípios da prevenção situacional e os dados empíricos de forma a conceber um conjunto de ferramentas que se pretendem eficazes quer na prevenção do furto e do roubo às ourivesarias, como na diminuição do sentimento de insegurança que surge associado.

Palavras-chave: Criminalidade; Ourivesarias; Prevenção situacional do crime; Sentimento de insegurança.

Título: Enfoque de género na intervenção com raparigas em risco

Autores: Vera Duarte¹, Luísa Vieites², & Ana Paixão²

1. Professora Auxiliar no Instituto Superior da Maia e investigadora na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento (UICCC/ISMAI), Portugal

2. Investigadora júnior na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento (UICCC/ISMAI), Portugal

Email: vduarte@docentes.ismai.pt

Resumo: Neste poster pretende-se apresentar um projeto de investigação sobre desvio juvenil feminino: padrões, necessidades e intervenção, que tem como principais objetivos identificar os fatores de risco e de proteção e as motivações para a transgressão de raparigas institucionalizadas (em risco e em conflito com a lei); caracterizar as áreas de intervenção prioritárias e delinear estratégias de prevenção e intervenção que sejam sensíveis e efetivas para estas jovens.

Palavras-chave: Desvio feminino; Delinquência juvenil; Programas específicos de género.

Título: Crenças de Abuso Sexual em Profissionais de Educação

Autores: Ana Alexandra Ribeiro¹ & Cristina Soeiro²

1. Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz (ISCSEM)

2. Psicóloga Coordenadora do Gabinete de Psicologia e Seleção do Instituto Superior da Polícia Judiciária e Ciências Criminais (ISPJCC)

Email: alexandraribeiro.psi@gmail.com

Resumo: A presente investigação tem como objetivo verificar a presença ou ausência de crenças legitimadoras de abuso sexual nos profissionais de educação em Portugal, tendo sido para isso disponibilizado on-line um questionário composto por uma ficha de dados sociodemográficos, pela Escala de Crenças de Abuso Sexual (Machado, Gonçalves, & Matos, 2000) e pela questão “As mulheres podem ser abusadoras sexuais?”. Pretende ainda relacionar as características sociodemográficas da amostra e a sua formação em abuso sexual, com os resultados obtidos nos fatores da Escala. A amostra é constituída por 267 profissionais de educação, sendo 55.9% educadores de infância, 31.9% professores e 12.2% auxiliares de educação. O sexo feminino é 86.9% da amostra e a média de idades é de 34 anos ($M = 33.75$; $DP = 9.59$). Verificou-se que não existiam crenças erróneas no geral e que quando existiam estavam mais relacionadas com o fator 2 - fator gerado em rotação fatorial, uma vez que não foi reproduzida a estrutura fatorial da escala original - ou seja, crenças erróneas sobre a frequência/prevalência do abuso. A existência das mesmas estava também relacionada com algumas variáveis, nomeadamente o sexo, sendo o masculino que apresentava maior número de crenças, a profissão, sendo os professores dentro dos profissionais de educação que mais tinham crenças erróneas sobre a frequência/ prevalência do abuso e a formação em abuso sexual, sendo que as pessoas que não tinham formação apresentavam mais crenças erróneas. Relativamente à questão de se as mulheres podem ser abusadoras sexuais, a grande maioria assumiu que sim (95.9% da amostra), e relacionando

este resultado com as variáveis, verificou-se que a única que apresentava diferenças significativas era a profissão, sendo os auxiliares de educação que mais responderam erroneamente.

Palavras-chave: Profissionais de educação; Crenças legitimadoras do abuso sexual.

PATROCÍNIOS



Associação Comercial do Porto



Instituto Superior da Maia (ISMAI)